

A História Social e o Massacre da Linha do Parque

Lênin Pereira Landgraf¹, UFPel

Resumo

O presente artigo busca, utilizando como ponto de partida o artigo “História Social” de Hebe Castro, realizar uma brevíssima discussão a respeito do campo da História Social, relacionando o texto base com outros autores. Paralelamente se buscará evidenciar o papel que a História Social cumpre no projeto de pesquisa “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória – Rio Grande (1950)” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Palavras chave: História Social; Massacre da Linha do Parque; Classe Trabalhadora.

Abstract

This paper aims to propose a brief discussion about the field of Social History, using as a starting point the paper "Social History" by Hebe Castro, relating the main text to other authors. In parallel, the article aims to highlight the role that Social History plays in the research project “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória - Rio Grande (1950)” developed in the Postgraduate Program in History of the Federal University of Pelotas (UFPel).

Keywords: Social History; Massacre da Linha do Parque; Working Class.

Introdução à História Social

No primeiro momento o presente artigo apresentará, de forma panorâmica, um pouco do surgimento da História Social, essa que é entendida aqui, através de José D’assunção Barros (2005), como uma dimensão da História, ou seja, uma lente que transforma o modo de ver o problema em questão (BARROS, 2005, p. 10). Essa nova dimensão da História surgiu em oposição a história tradicional, que privilegiava os grandes homens e acontecimentos, visão dominante até então na historiografia, e teve um de seus pontos de partida através da Escola dos Annales, que buscava, dentre outras coisas e de forma simplificada, a constituição de uma história problema. Entretanto, é importante ressaltar que os historiadores marxistas do mesmo período também buscavam romper com a história tradicional, apostando na conjunção dos aspectos econômicos e sociais (BARROS, 2005, p. 11). Sendo assim:

A delimitação de um novo campo a ser chamado de “história social” surge, portanto, sob a forte influência destes dois campos de motivação que passaram a exercer profunda influência no seio da historiografia da primeira metade do século XX. De um lado vinham os ataques desfechados pelo grupo dos Annales contra aquilo que consideravam uma “velha história política”, de outro lado começavam a surgir as primeiras grandes obras da historiografia marxista, que cumpriam fielmente um programa de filosofia da história voltado para o econômico e para o social tal como havia sido

¹ Professor de História e mestrando em história no PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) leninplandgraf@hotmail.com

proposto pelos fundadores do materialismo histórico a partir de meados do século XIX. (BARROS, 2005, p. 11)

Ao encontro das críticas feitas a história tradicional, Eric Hobsbawm (1998) tem uma dura opinião sobre a disciplina acadêmica da história, construída durante o século XIX, e influenciada por Leopold Van Ranke:

Mesmo pelos padrões modestos das ciências humanas e sociais do século XIX, a história era, uma disciplina extremamente – poder-se-ia quase dizer deliberadamente – retrógrada. Suas contribuições ao entendimento da sociedade humana, passada e presente, eram insignificantes e ocasionais. Uma vez que o entendimento da sociedade requer entendimento da história, mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontradas maneiras alternativas e mais produtivas de investigar o passado humano. (HOBSBAWM, 1998, s/p)

Sobre a contribuição marxista para a evolução da História, Hobsbawm (1998), afirma que o marxismo/materialismo histórico foi a única corrente que buscou essa alternativa nas formas de investigar o passado humano. O marxismo, então, assume esse papel ao criticar o positivismo (que tentava aproximar a história das ciências naturais) e ao defender a história enquanto uma ciência social (HOBSBAWM, 1998, s/p.).

O surgimento da História Social pode ser visto como um grande marco para a historiografia mundial, impulsionando novos pensadores e a forma de encarar a pesquisa histórica. A evolução dessa nova dimensão da História encaixa-se perfeitamente na afirmação feita por José D’assunção Barros (2005) onde o autor afirma que:

[...]o caleidoscópio historiográfico sofre os seus rearranjos. E estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais. Os paradigmas acabam sendo substituídos uns por outros, por mais que tenham perdurado, e trazem a seu reboque novas tábuas de classificação (BARROS, 2005, p. 6).

Com o surgimento do novo campo “A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra ‘social’[...]” (CASTRO, 1997, s/p). A problematização das fontes e a busca por novos métodos se difundiram rapidamente entre os novos historiadores, principalmente a partir dos anos 1970. Nesse sentido a autora Hebe Castro (1997) aponta que:

Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade. Nesse

sentido, é lícito questionar se existiria uma história que não a do social (CASTRO, 1997, s/p).

O questionamento feito pela autora, extremamente lúcido, vai ao encontro de José D'assunção Barros (2005), que também se questiona se a palavra social abrange os mais diversos interesses da sociedade “[...]o que faria da História Social uma espécie de categoria transcendente que acaba perpassando ou mesmo englobando todas as outras especialidades da História.” Ainda nesse caminho o autor afirma que “Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é de algum modo uma História Social – mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural” (BARROS, 2005, p. 12-16). Entretanto, o autor adverte ainda que:

Qualquer informação historicizada pode ser tratada socialmente, é correto dizer. Mas é também verdade que nem toda História é *necessariamente* social. Se é possível elaborar uma *História Social das Idéias* ou uma *História Social da Arte*, é possível também elaborar uma *História das Idéias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo (BARROS, 2005, p. 16).

A importância que o movimento obteve em seu início no século XX, é revelada quando se avalia que o mesmo passou a se sobrepor em relação a ultrapassada visão rankiana da História, ainda sobre isso a autora aponta que:

A oposição à historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos e das tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social (CASTRO, 1997, s/p).

Inicialmente vista como uma forma de síntese, afinal, toda perspectiva histórica pode estar alicerçada no social, e afirmada como campo histórico mais tarde, “A História social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais” (CASTRO, 1997, s/p). Com o passar do tempo e o aprofundamento dos historiadores no novo campo surgem novas discussões e metodologias, como por exemplo a aproximação dos historiadores sociais com a antropologia, priorizando as abordagens socioculturais. Já entre as décadas de 1960 e 1970 a base metodológica adotada pelos historiadores sociais foi a análise quantitativa, naquele período a utilização de fontes eleitorais, testamentos, inventários, entre outros, teve um crescimento exponencial, entretanto, se o novo olhar metodológico baseado

no quantitativo possibilitou novas nuances nas pesquisas e “[...]trouxeram as grandes massas para a história, ao trabalharem majoritariamente com dados agregados, tenderam a retirar-lhes a face humana” (CASTRO, 1997, s/p). Já nas décadas seguintes os limites da quantificação foram apontados, contribuindo para o avanço do campo (CASTRO, 1997, s/p).

O Massacre da Linha do Parque

Após essa breve introdução sobre o surgimento da História Social, parte-se agora para a apresentação do objeto e do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da UFPel e intitulado “O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória – Rio Grande 1950” e as aproximações do referido projeto com o campo da História Social.

A ditadura Getúlio Vargas, que por muito tempo perseguiu sindicalistas que não apoiavam seu governo, terminou em 1945, mas seu sucessor eleito, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores. O Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946², buscou reprimir e impedir greves. Já o Decreto nº 23.046, de 7 de maio de 1947³, suspendeu o funcionamento da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), além da CTB o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também foi posto na ilegalidade.

Os comunistas e movimentos sociais e sindicais já vinham sendo perseguidos com força desde a ditadura getulista, além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria, houve um aprofundamento nessa perseguição. O governo dos Estados Unidos passou a propagar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da URSS. A propagação desse sentimento anticomunista justificou a intervenção norte americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina. Nesse sentido, Sidinei J. Munhoz (2003) afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma

² BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 15 março 1946. Seção 1, p. 3829.

³ BRASIL. Decreto nº 23.046, de 7 de Maio de 1947. Suspende o funcionamento em todo o Território Nacional da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil". Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 7 maio 1947. Seção 1, p. 6253.

ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas (MUNHOZ, 2003, p. 2).

É nesse contexto que se encontra o objeto a ser estudado nesta pesquisa, O Massacre da Linha do Parque⁴, manifestação de trabalhadores que pediam a reabertura da Sociedade União Operária (SUO)⁵, fechada por ordem do governo, que culminou num massacre promovido pelos policiais. A comemoração em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores foi convocada em um momento de grande tensão entre o movimento operário e a polícia, os acontecimentos dos anos anteriores na cidade e o sentimento anticomunista construído fortemente no pós Segunda Guerra Mundial colaboraram com essa crescente tensão. A convocação foi feita através de panfletos e assinada por pelo menos seis entidades operárias, entre elas a Associação dos Portuários, o Núcleo da Coligação dos Ferroviários e a União das Mulheres Riograndinas. As atividades previstas para a festa eram corriqueiras, como a realização de brincadeiras, churrasco e um baile ao ar livre. Só ao final da festa as lideranças operárias convocaram os presentes a saírem em caminhada até a sede da SUO (SAN SEGUNDO, 2009, p. 140).

A passeata saiu por uma das principais ruas da cidade, local onde passavam bondes, após alguns minutos foi interceptada por um grupo de policiais, liderados pelo delegado do DOPS⁶ Ewaldo Miranda, que exigiam o fim da manifestação e dispersão de todos, a partir desta ordem o confronto teve início. O saldo do massacre foi de quatro manifestantes e um policial mortos, além dos diversos feridos, como o vereador na cidade Antônio Réchia. Os mortos foram Euclides Pinto, Honório Alves de Couto, Osvaldino Correa e Angelina Gonçalves, esses trabalhadores e manifestantes, e Francisco Reis, soldado da brigada militar. Um processo foi instaurado para a investigação dos acontecimentos, mas ninguém foi responsabilizado pelas mortes.

O objetivo geral é, através do confronto das fontes, analisar de que forma o Massacre da Linha do Parque teve sua memória construída e, principalmente, disputada pelos diferentes grupos políticos no momento do acontecido. Os objetivos específicos são: elucidar a linha política e a qual grupo político/social cada um dos jornais usados como fonte está atrelado e

⁴ Linha do Parque foi o nome dado para uma rota de bondes na cidade, essa rota era muito usada pelos trabalhadores.

⁵ A Sociedade União Operária foi uma das principais entidades representativas dos trabalhadores rio-grandinos durante os séculos XIX e XX. Fundada em 1893, acabou fechada em definitivo em 1964 pelo golpe civil militar

⁶ As Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) foram extremamente ativas durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil militar, desempenhando um papel de repressão e controle aos movimentos sociais e políticos no Brasil.

buscar compreender a ligação entre trabalhadores e organizações sindicais na cidade de Rio Grande.

A pesquisa se situa na dimensão da História Social, buscando entender o processo e o comportamento dos distintos grupos sociais e políticos durante a disputa pela memória do Massacre da Linha do Parque. Entretanto entende-se, assim como José D'Assunção Barros (2005), que:

[...] uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo. Apesar de falarmos frequentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas (BARROS, 2005, p. 2).

A análise dos grupos sociais menos privilegiados, nesse caso os trabalhadores que lá estavam no protesto, muitas vezes torna-se difícil devido a escassez de fontes. Entretanto, Barros (2005) pontua que uma das formas que as fontes de História Social chegam aos pesquisadores é através da violência. No caso do Massacre, a violência coletiva que é “onde a massa anônima deixa suas marcas e conquista também a sua voz através de explosões de revolta que podem ficar registradas nas notícias de jornais, ou então nas descrições dos cronistas para os períodos mais antigos” (BARROS, 2005, p. 20). O autor aponta ainda que é principalmente nessas situações de conflito e protestos organizados pelos trabalhadores que eles de fato terão algum destaque e espaço:

As revoluções e os processos de transformação social, conforme já observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, como as greves) ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares – por vezes deixando suas vozes registradas em panfletos e em discursos que foram recolhidos pela imprensa ou pelos cronistas de uma época. No dia a dia, as massas populares são informes: executam como que emudecidas as tarefas que lhes permitirão assegurar a sua sobrevivência diária. A História conhece os camponeses do final da Idade Média, os operários urbanos das sociedades industriais, os escravos do Brasil Colonial sempre através dos registros massivos, que anotarão as datas de seus nascimentos, o número de filhos, a morte, a ocupação, e as modalidades de pertencimento (a um senhorio na Idade Média ou a uma indústria no mundo capitalista). Nestes momentos, as massas falam à História através de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Mas quando ocorre um motim, uma insurreição, um

protesto público, pela primeira vez a massa de despossuídos será ouvida não através da passividade dos números silenciosos, e sim através dos gestos violentos e ruidosos (BARROS, 2005. p. 20).

Seguindo a lógica de que a História Social é voltada para examinar a dimensão social de uma sociedade, os interesses em comum entre essa pesquisa e o campo da História Social são muitos, como a análise dos grupos sociais conflitantes durante o Massacre e suas repercussões e os círculos de sociabilidade desses grupos, em específico os trabalhadores e sua relação com os sindicatos, que organizaram a festa que culminou no confronto. Para isso, torna-se necessário a análise de jornais, a principal fonte nesta pesquisa. Mais adiante um exemplo prático da análise das fontes será mostrado.

Para compreender a identificação sindical dos trabalhadores, a questão de classe torna-se fundamental, pois é preciso entender o quão atrelados às questões propagadas pelas organizações sindicais os trabalhadores estavam, a ponto de entrar em confronto com a polícia pelos seus ideais. O historiador com enorme contribuição para a História Social e de orientação marxista Edward Palmer Thompson (1987) aponta que a formação da classe ocorre com o advento da luta de classes e não somente com o fator econômico, mas também através do fator cultural. O autor afirma que a consciência de classe se origina através das experiências de luta através do tempo, ou seja, da luta de classes, não sendo papel de um grupo forçar a “conscientização” da classe. Para ele “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9).

Thompson afirma que a classe acontece quando:

[...] alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ainda nesse sentido, sobre classe e consciência de classe, o autor afirma que:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente) suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre

os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Thompson aponta também que quando a consciência de classe tenha se desenvolvido, as pessoas podem ser socializadas sob uma ótica classista. A consciência de classe desenvolvida também contribui para a manutenção e prolongamento das instituições de classe.

Ao longo do tempo, nessa luta de classes, o proletariado precisou se organizar para resistir e obter avanços em suas pautas, os sindicatos e as uniões dos trabalhadores em associações sempre foram importantes meios de organização para a classe trabalhadora em todo o mundo. Nesse sentido, Henrique Canary (2012) exalta a importância dos sindicatos para a classe trabalhadora e afirma que ao concentrar um grande número de trabalhadores em um mesmo local de trabalho a burguesia criou as condições para a organização desses trabalhadores e dos sindicatos. Canary afirma ainda que:

Os sindicatos são o resultado inevitável da divisão da sociedade em explorados e exploradores. Existe luta e organização sindical praticamente desde que existe o capitalismo. Por isso também é possível afirmar que enquanto houver burgueses e proletários, vai haver luta e organização sindical[...] (CANARY, 2012, p. 28).

É claro até aqui que as comemorações do dia 1º de maio em Rio Grande e a passeata só aconteceram devido as organizações sindicais, fica ainda mais evidente a aproximação entre entidade sindical e trabalhadores ao lembrar que o protesto reivindicava a reabertura de um dos principais sindicatos da cidade. Torna-se, assim, fundamental analisar os círculos de sociabilidade desses trabalhadores, nesse caso em específico os sindicatos, através dos jornais operários, panfletos e atas de reuniões. No Brasil, assim como em todo o mundo, o cenário não foi diferente, os trabalhadores também precisaram se organizar, desde o princípio, para enfrentar os avanços dos patrões. Para Marcelo Badaró Mattos (2009), o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil remonta ao período da escravidão, período no qual, em diversos momentos, trabalhadores reuniram-se em associações para defender seus interesses. Essa luta entre patrões e associações de trabalhadores acabou gerando, ao longo do tempo, disputas pela memória.

Após as devidas contextualizações, aliado à teoria e à metodologia, as reportagens que giram em torno do massacre estão sendo confrontadas, de um lado a visão ou visões da

imprensa comercial e de outro a visão ou visões da imprensa operária. A partir do confronto dessas duas principais fontes se dará a análise sobre a disputa da memória envolvendo o Massacre da Linha do Parque, além de auxiliar na análise dos grupos sociais conflitantes. Exemplo prático disso se dá ao comparar como o jornal *O Tempo* e o jornal *Gazeta Sindical* diferem na busca de um mártir para o confronto. O jornal comercial concede grande destaque ao sepultamento do policial Francisco Reis, morto no confronto:

Com grande acompanhamento realizou-se ontem, às 16h, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado à sepultura. Compareceram ao sepultamento as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio-grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950).

Fica evidente a tentativa de transformar o soldado morto em um herói, o destaque para, em tese, um grande acompanhamento durante o funeral e o ataque feito aos comunistas locais deixa claro de que lado o jornal se postou nessa disputa. Em contrapartida o jornal operário *Gazeta* condena a ação dos policiais:

Heroísmo de uma operária. Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional À certa altura, os policiais tentaram arrebatá-la a menina que a carregava, Angelina porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das mãos honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em luta com os tiras defendeu o Pavilhão Nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalo Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com a própria vida. (*Gazeta Sindical*, 1ª quinzena de junho de 1950, p. 4. Apud San Segundo, 2009, p. 159)

Além de condenar a ação dos policiais, o jornal aponta a tecelã e as manifestantes que a acompanhavam como defensoras da honra e da soberania nacional, verdadeiras heroínas, evitando que o maior símbolo do sentimento nacionalista – a bandeira – passasse para as mãos, segundo o jornal, desonrosas dos policiais.

Conclusão

O Massacre da Linha do Parque foi um acontecimento importante na cidade de Rio Grande, mas ainda pouco explorado, sendo necessário a execução de uma pesquisa científica

para continuar a discussão no campo historiográfico, colaborando, além do entendimento sobre a disputa, para que um fato tão marcante na história rio-grandina não caia no esquecimento. A análise dos grupos sociais envolvidos no Massacre e, principalmente, a análise dos círculos de sociabilidade dos trabalhadores é fundamental nessa pesquisa, e é possível fazê-la com o auxílio da História Social. Após a brevíssima e singela apresentação do campo da História Social, espera-se que nas páginas anteriores tenha-se deixado evidente para o leitor as aproximações da presente pesquisa com a História Social.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. LPH – Revista de História da UFOP, nº 15, 2005.
- CANARY, Henrique. **O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- MUNHOZ, Sidnei J. **A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito**. ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.
- SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: 2009.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.